

Da história das mulheres à interseccionalidade: o desenvolvimento dos estudos de gênero na historiografia

Gleice Pereira da Silva

Mestranda em História Social, UFAL: Integrante do grupo de Pesquisa em História Social e Política

gleiceps1@hotmail.com

Orientadora prof.^a Dr.^a Ana Paula Palamartchuck

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar de forma sucinta o desenvolvimento historiográfico dos estudos de gênero. A história das mulheres surge nas últimas décadas do século XX atrelada aos anseios políticos do movimento feminista da chamada “segunda onda”, porém, a partir de 1980, historiadoras como Joan Scott passam a defender o uso do termo gênero como categoria de análise, segundo essas pesquisadoras, a categoria mulher não é capaz de transformar os paradigmas da disciplina histórica, pois mulher nesse sentido é entendida como uma categoria homogeneizante e determinista. A interseccionalidade nasce no bojo do feminismo negro americano como uma crítica aos estudos de gênero e ao feminismo da “segunda onda” que não reconheciam as convergências entre diversas opressões a que estavam submetidas as mulheres negras, como o racismo, o heterossexismo e a opressão de classe.

Palavras-chave: História das Mulheres, gênero, interseccionalidade.

Introdução

Somente nas últimas décadas do século XX foi possível a realização de uma historiografia das mulheres. A mulher era relegada ao espaço privado, um ser sem voz, sem poder, sem História. A partir dos anos 1980 a historiografia das mulheres passa por uma renovação com a ampliação do debate para as questões relacionadas a gênero. Essa ampliação tira os estudos sobre a mulher de uma categoria homogeneizadora e determinista praticada até então. Já pesquisadoras como Ângela Davis foram responsáveis por dá maior visibilidade a questão da mulher negra. Foi entre as feministas americanas que surgiu a inquietação com relação ao lugar da mulher negra na história. Essas mulheres não se conformaram com a invisibilidade persistente da mulher negra no movimento feminista e os silêncios da história sobre suas próprias trajetórias. Surgiram assim, pesquisadoras negras buscando não só trazer a história da mulher negra, mas também as dificuldades diárias enfrentadas por essas mulheres.

No ano de 1991, a pesquisadora, professora e militante feminista Kimberlé Crenshaw criou o

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

termo “interseccionalidade”. Segundo ela, muitos dos problemas de justiça social como o sexismo e o racismo, frequentemente, se sobrepõem, criando múltiplos níveis de injustiça social.

Os estudos que tratam das convergências entre diversos marcadores sociais da diferença, também chamados estudos interseccionais, ganharam força e legitimação acadêmica no final da década de 1980. As feministas negras americanas, perceberam que as desigualdades as quais estavam submetidas operavam em complexos entrelaçamentos entre gênero, raça, classe, sexualidade, idade e outros. O ponto inicial desse debate foi a rejeição à homogeneização do feminismo da chamada “segunda onda”, que insistia na igualdade entre as mulheres sem levar em consideração as diversas convergências de opressões as quais estavam submetidas às mulheres negras. Outra crítica das militantes negras era a hierarquização das opressões, muito comum entre as feministas marxistas ou socialistas, que acreditavam que a maior opressão a que estavam submetidas as mulheres era a de classe, tornando secundárias as questões raciais e, mesmo, as de gênero. (BIROLI, MIGUEL, 2015).

Campo em disputa até os dias de hoje, a interseccionalidade teve suas raízes lançadas no agitado contexto social do final dos anos 1960. Período marcado por intensas manifestações populares de grupos, até então excluídos e subalternizados. Somente nas primeiras décadas do século XXI, os estudos sobre os entrelaçamentos entre diversos marcadores sociais ganharam prestígio acadêmico e destaque entre as diversas ciências sociais. Muito desenvolvida entre sociólogos e antropólogos, a interseccionalidade ainda é pouca abordada entre as historiadoras e historiadores.

A construção de um campo: a história das mulheres

Nas últimas décadas do século XX, a historiografia passou por intensas transformações que possibilitaram a abordagem de novos temas de estudo e também a utilização de novos aportes teóricos e metodológicos para a realização das pesquisas. A história ampliou ou mesmo deslocou seu olhar dos grandes feitos e dos grandes homens para os grupos sociais até então marginais na produção historiográfica.

À medida que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, generais retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supunhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena. Se nos preocupamos apenas com o tornar-se, então, há períodos históricos inteiros em que um sexo foi negligenciado pelo historiador, pois as mulheres são raramente vistas como atores de primeira

ordem na vida política, militar ou mesmo econômica (THOMPSON, 2001, p. 234).

Nos anos 1970, a história, assim como as demais ciências sociais, passava por uma crise de paradigmas. Conceitos, teorias e metodologias até então estabelecidos foram colocados em xeque. A sobrevivência das ciências sociais dependia de uma renovação de paradigmas e de novas alianças. A aliança entre história e antropologia, forjada nesse momento, permitiu aos pesquisadores e pesquisadoras “redescobrir a família” (PERROT, 2007, p. 19) e, assim, mulheres, crianças e jovens apareceram como novos personagens históricos.

Dessa maneira, a partir dos anos 1970, a história das mulheres começou a ganhar expressão como campo de estudos. Segundo a historiadora Michelle Perrot (1988), a história construída até o momento era um ofício de homens, dependente de fontes masculinas e escrita no masculino, o que impossibilitava a inserção histórica das mulheres que acabavam excluídas da história, em um primeiro momento, ao nível do relato e depois ao nível das fontes. Considerado material indispensável para a realização do trabalho do historiador.

Indiscutivelmente, atrelado ao campo da política e do feminismo (SCOTT, 1992), o surgimento e o desenvolvimento da história das mulheres não se deu sem conflitos. Batalhas foram travadas entre os historiadores das mulheres e aqueles que defendiam a cientificidade da pesquisa histórica e condenavam os estudos sobre as mulheres como militantes e pouco profissionais.

A emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu expansão dos limites da história. Mas esta não foi um operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando. Em vez disso, há uma incomoda ambiguidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo a história estabelecida e um deslocamento radical dessa história (SCOTT, 1992, p. 75).

Em um contexto de agitação política e social, o engajamento feminista foi fundamental para o desenvolvimento da história das mulheres, porém, segundo a historiadora Joan Scott (1992), ele não poder ser visto como único fator ou fator preponderante para o desenvolvimento da história das mulheres, segundo ela “a história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história” (SCOTT, 1992, p. 65).

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

A rigidez do método histórico com sua linearidade, periodizações e apego as fontes, não possibilitava um desenvolvimento amplo para os estudos sobre as mulheres. Em uma tentativa de incluir as mulheres nas coletâneas de História Geral, muitas vezes, as mulheres apareciam como um contraponto ao padrão estabelecido em torno do homem branco ocidental, ou simplesmente como um complemento obrigatório (BASSANEZI, 2009). Muitas obras desse período foram acusadas de reproduzir padrões e reforçar estereótipos sobre a condição de subalternidade em que estavam submetidas as mulheres. Também durante esse período de nascimento da história das mulheres e crítica a historiografia estabelecida como “oficial”, surgiram trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores que insistiram na distinção de trajetórias entre homens e mulheres. (BASSANEZI, 2009). Dessa maneira, foi possível investigar as especificidades da trajetória feminina, mas sem deixar de ligá-las a eventos e fatos marcantes já estabelecidos pela história geral. Nesse período se destacaram as biografias, sobretudo, de mulheres que participaram de importantes acontecimentos históricos, surgindo assim, as primeiras heroínas femininas da história.

Novos questionamentos foram surgindo com a popularização de pesquisas sobre as mulheres. Questões sobre as relações entre os sexos e a diferença entre os diversos grupos de mulheres, foram cruciais para o desenvolvimento e legitimação da história das mulheres, porém, permitiram também, críticas ao modelo até então utilizado. Alguns pesquisadores criticaram a utilização do termo “sexo”, uma vez que esse remetia ao sexo biológico e não a maneira socialmente construída das relações entre mulheres e homens (BASSANEZI, 2009). O gênero surgiu, então, como uma forma de enfatizar que as diferenças entre mulheres e homens são construídas socialmente, o “Gênero remete à cultura, aponta para a construção social das diferenças sexuais, diz respeito às classificações sociais de masculino e de feminino” (BASSANEZI, 2009, p. 162).

Historiografia e Gênero

As feministas americanas foram as primeiras a utilizar o “gênero” como remetendo a construção social, a crescente inserção das mulheres no espaço acadêmico possibilitou a organização e crescimento do movimento feminista e também uma legitimação de suas pautas no meio intelectual, segundo Scott (1990), essas feministas e pesquisadoras buscavam não só uma categoria analítica para os estudos de mulheres, mas também transformar radicalmente os paradigmas disciplinares.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado (SCOTT, 1990, p. 72).

A partir de 1980 as pesquisas de gênero ganham cada vez mais adeptos entre as ciências humanas e sociais. A história das mulheres também é sacudida pela ampliação dos debates. Apesar de não ser totalmente abandonada pelas historiadoras e historiadores, a história das mulheres, produzida até então, passa a receber críticas e reformulações. Segundo algumas críticas, não é possível analisar as trajetórias históricas das mulheres separadamente, bem como, sem levar em consideração como as percepções e representações dos gêneros mudam dentro dos processos históricos. Scott também aponta para a preocupação, comum entre os historiadores das mulheres, em encontrar as “origens” das opressões enfrentadas pelas mulheres, segundo ela, essa preocupação muitas vezes acaba conduzindo a explicações simplistas e a-históricas (SCOTT, 1990). Como exemplos, temos as teóricas do patriarcado e as do feminismo marxista, as primeiras acreditam que a opressão de que são vítimas as mulheres se deve a oposição essencial homem/mulher em que os homens necessitam controlar e dominar a sexualidade feminina, já para as segundas, a subordinação das mulheres reside na necessidade essencial do capitalismo em controlar a força de trabalho feminina e a sua reprodução (BASSANEZI, 2009).

Joan Scott foi uma das primeiras pesquisadoras a incorporar o “gênero” nas pesquisas sobre história das mulheres. Crítica das pesquisas até então produzidas, ela aponta a necessidade de ampliar o debate para além das fronteiras da disciplina histórica. Segundo ela, o gênero é uma “categoria útil de análise histórica”, de fato, esse é o título de um dos seus principais artigos. Publicado em 1986 com o título em inglês **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**, esse artigo é, até os dias de hoje, considerado um marco para os estudos de gênero e, não só, entre os historiadores. Neste artigo, a autora defende o uso do gênero como categoria analítica e não como mera peça descritiva e que tenha como objetivo final a elaboração de teorias (SCOTT, 1990). A autora crítica a forma como o gênero era utilizado até então, pois segundo ela, era sinônimo de mulheres, e um meio para legitimar um campo de estudos e “fugir”

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

das implicações políticas atreladas a “história das mulheres”. Utilizado pelos historiadores a partir dos métodos das demais ciências sociais, não conseguia vencer a barreira da mera descrição, tornando impossível utilizá-lo como suporte analítico poderoso o “suficiente para questionar os paradigmas históricos existentes” (SCOTT, 1990, p. 76).

Segundo Scott (2012) o historiador deve focar sua atenção na luta política em torno do significado do gênero e assumir uma análise crítica de seus diversos significados, uma vez que gênero é um campo primário de articulação das relações de poder (SCOTT, 1990), ainda que não seja o único.

O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1990, p. 89).

Apesar de seu artigo ser um marco para os estudos de gênero, em trabalhos posteriores, Scott acaba recebendo algumas críticas negativas, sobretudo dos pesquisadores da História Social. Segundo Bassanezi, a reação negativa deve-se as críticas de Scott aos “Estudos de Gênero ligados à História Social, suas observações relativas aos limites epistemológicos da própria História Social” (BASSANEZI, 2009, p. 166), e também a aproximação da pesquisadora com o pós-estruturalismo e os métodos linguísticos, descartando o método da História Social. Para Scott os métodos da História Social acabam por reforçar os padrões sociais do gênero, uma vez que ele aparece como um subproduto das relações econômicas. Ainda que alguns historiadores tenham concordado com as críticas de Scott, uma boa parte não concorda com a abordagem pós-estruturalista da autora e saíram em defesa da História Social e de suas ferramentas de análise (BASSANEZI, 2009).

Ao defender a História Social e suas ferramentas de análises, os pesquisadores apontaram também as falhas do método pós-estruturalista defendido por Scott, segundo esses estudiosos falta ao método “potencial político” e clareza nas repostas. Segundo Bassanezi (2009, p. 180), os “historiadores sociais preocupados com gênero não veem necessidade de abandonar seus pressupostos em favor do pós-estruturalismo” pois acreditam que possuem ferramentas adequadas aos estudos de gênero.

No entanto, textos críticos como o de Scott, possibilitaram aos historiadores mecanismos de questionamento a fixidez dos paradigmas e pressupostos dos primeiros estudos

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

de gênero, questionando a distinção sexo/gênero como universal e biologicamente imutável. (PISCITELLI, 2008).

A interseccionalidade

No ano de 1991, a pesquisadora, professora e militante feminista Kimberlé Crenshaw criou o termo “interseccionalidade”. Segundo ela, muitos dos problemas de justiça social como o sexismo e o racismo, frequentemente, se sobrepõem, criando múltiplos níveis de injustiça social. Segundo a pesquisadora, as mulheres negras não tinham suas necessidades atendidas pelo feminismo, caracterizado pela homogeneização, mas também não se setiam plenamente representadas pelo movimento negro, que secundarizava as questões de gênero.

Crenshaw apontou para a necessidade da criação de um modelo, segundo ela, provisório, para a identificação das sobreposições entre racismo e sexismo, possibilitando as instituições dos direitos humanos criar protocolos de ação e expansão dos direitos desses grupos. É importante ressaltar, que Crenshaw fala e age no âmbito do direito, sua definição de interseccionalidade é voltada para a luta pelos direitos das mulheres socialmente diferenciadas, seja por raça, etnia, cor, religião ou nacionalidade.

A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres. Como as experiências específicas de mulheres de grupos étnicos ou raciais definidos são muitas vezes obscurecidas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero, a extensão total da sua vulnerabilidade interseccional ainda permanece desconhecida e precisa, em última análise, ser construída a partir do zero. (CRENSCHAW, 2002, p. 174).

Apesar de criar o termo, “interseccionalidade”, Kimberlé Crenshaw, não foi a primeira pesquisadora a se interessar pelos entrelaçamentos ou sobreposições, como ela costuma chamar, de marcadores sociais da diferença. Segundo Patrícia Hill Collins (2017), Crenshaw criou um termo “guarda-chuva” para abarcar os diversos estudos que já vinham sendo realizados nas últimas décadas de “modo a tornar o campo compreensível nas normas acadêmicas de autoria, propriedade e descoberta”.(COLLINS, 2017, p. 10). Segundo Collins, a interseccionalidade remonta as décadas de 1960 e 1970 e a sua tradução para a academia acontece de forma imperfeita, uma vez que ela nasce entre a militância negra e precisa se adequar aos padrões acadêmicos.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia, de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado. A interseccionalidade pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições (COLLINS, 2017, p. 7).

Pesquisadoras como Collins acreditam que o interesse pelas sobreposições de diferenças sociais, mais tarde batizada como interseccionalidade, surgiu da militância das ruas, dos coletivos de mulheres negras, como o *Combahee River Collective*. Composto por mulheres negras e lésbicas, na cidade de Boston, entre as décadas de 1970 e 1980. O coletivo publicou um manifesto, apontado por muitos como um marco para os entrelaçamentos de desigualdades. (COLLINS, 2017). No manifesto, o coletivo “defendia uma luta articulada não apenas contra a opressão sexual das mulheres, mas também contra outras formas de dominação e de desigualdades baseadas em racismos, heterossexismos e exploração por classe social”. (HENNING, 2015, p. 103).

Avtar Brah (2006), chama atenção para o contexto britânico do surgimento do feminismo negro, segundo ela, o feminismo negro surgiu como uma crítica ao feminismo da “segunda onda”, que estabelecia hierarquias sobre os eixos de discriminação, como exemplo o feminismo marxista, onde classe prevalecia sobre os demais eixos.

O sujeito político do feminismo negro descentra o sujeito unitário e masculinista do discurso eurocêntrico, e também a versão masculinista do “negro” como cor política, ao mesmo em que perturba seriamente qualquer noção de “mulher” como categoria unitária. Isso quer dizer que, embora constituído em torno da problemática da “raça”, o feminismo negro desafia performativamente os limites de sua constituição (BRAH, 2006, p. 357-58).

A partir da década de 1980, os estudos conjuntos de gênero, raça e classe, ganham força entre as intelectuais negras americanas, como Angela Davis que publica seu livro clássico **Mulheres, Raça e Classe** e bell hooks que publica **Ain’t I a Woman? Black Women and Feminism**. Essas autoras dão novo folego aos estudos iniciados ainda na década de 1970 e começam a legitimar, dentro da academia, os estudos de entrelaçamentos de desigualdades sociais (HENNING, 2015). Esse contexto histórico pavimentava o caminho para que na década de 1990 Kimberlé Crenshaw possa enfim nomear a “interseccionalidade”. No entanto, a interseccionalidade ainda se encontra em disputa até os dias de hoje.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

Na História, a primeira pesquisadora a se interessar pelos estudos críticos sobre gênero é Joan Scott (PISCITELLI, 2008). Scott aponta para a necessidade de deslocamento dos paradigmas disciplinares da história. Utilizando gênero como categoria analítica, ela acredita ser possível ampliar a visão de igualdade e incluir também nos estudos de gênero a raça e a classe, porém, segundo Piscitelli, Scott não faz qualquer elaboração nesse sentido e privilegia o gênero em detrimento de outras categorias de diferenciação (PISCITELLI, 2008) Segundo Biroli e Miguel (2015), é possível observar o impacto, ainda que indireto, do paradigma da interseccionalidade entre todas as ciências sociais, inclusive na História, no entanto, os autores enfatizam que existe uma “diversidade de entendimentos e apropriações teóricas e metodológicas” (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 44).

A interseccionalidade defende que é impossível avaliarmos as desigualdades sociais isoladamente. Porém, hoje, muitos críticos acusam a interseccionalidade de criar múltiplas categorias de articulação, o que segundo eles torna o trabalho impossível. Os pesquisadores da interseccionalidade defendem, no entanto, que “não necessariamente é preciso desenvolver a análise de uma infinidade de marcadores em toda e qualquer análise social, mas atentar para o entrelaçamento daquelas que se mostram relevantes” (HENNING, 2015, p. 111), a partir do contexto histórico, cultural e político.

Dessa maneira, uma grande parte dos estudos estão focados em gênero, raça e classe, ainda que outras categorias possam ser mobilizadas. Segundo Biroli e Miguel (2015, p. 29) as “assimetrias que se definem no entrecruzamento e constituição recíproca desses três eixos são incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas”.

Para socióloga francesa Daniela Kergoat, a interseccionalidade não é o melhor caminho metodológico para os estudos de entrelaçamento de marcadores sociais (KERGOAT, 2010). Segundo ela, muitas vezes a “classe” surge nas pesquisas interseccionais como fator irrelevante, e o par gênero e raça predomina hierarquicamente. Outra crítica da autora é que se tende a enxergar as pessoas socialmente diferenciadas como meras vítimas de inúmeras desigualdades e não como sujeitos políticos. A autora defende o uso da “consustancialidade”, como uma alternativa, reconduzindo o sujeito político para o centro do debate (HIRATA, 2014). Já as pesquisadoras da interseccionalidade rebatem afirmando que no contexto europeu e marxista, de onde parte Kergoat, gênero e raça são secundarizados e, muitas vezes, “suspendem o racismo como problema” (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 48).

Se faz necessário ressaltar que os entrelaçamentos de marcadores sociais nem sempre resultam apenas em desigualdades, muitas vezes, esses marcadores atuam como forma de fortalecimento e solidariedade entre as pessoas socialmente diferenciadas. Os coletivos negros como o **Combahee River Collective** são bons exemplos desse fato. Mulheres negras e lésbicas se uniram para lutar por seus direitos e para oferecer resistência as formas de exclusão baseadas em diferenças.

Considerações Finais

Os estudos de gênero na historiografia possibilitaram aos historiadores e historiadoras análises mais aperfeiçoadas da vida social e das construções sociais e históricas das diferenças sexuais. Partindo do surgimento da História das Mulheres e seu caráter político no seio do movimento feminista internacional, o interesse pelas trajetórias das mulheres, estava inserido em um contexto de transformação da sociedade, mas também de transformação das bases da própria disciplina histórica. Ao olhar para grupos até então marginalizados pela chamada história “oficial”, a historiografia abalou os pilares teóricos-metodológicos em que se sustentava há anos. Abordar novas teorias, novas metodologias, ampliar as fontes e a forma como os historiadores se relacionam com elas, permitiu que diversos personagens obscurecidos pela tradicionalidade pudessem sair a luz.

Os estudos de gênero permitiram uma ampliação dos estudos. Gênero não se refere somente a categoria mulher, mas engloba todas as relações estabelecidas a partir da diferenciação sexual. Sem pré-estabelecer nenhuma categoria, os estudos de gênero devem se dedicar as análises de como as diferenças sexuais atravessam as relações sociais e ditam o comportamento dos indivíduos dentro de contextos históricos e culturais.

Já a interseccionalidade, surge do contexto da luta das feministas negras. Ainda que não tenha sido forjada dentro da academia, os estudos sobre os entrelaçamentos de marcadores sociais da diferença começam ganhar espaço entre as intelectuais negras ainda na década de 1980. Um dos livros considerado marco desses estudos é de Angela Davis, **Mulheres Raça e Classe**, onde a autora analisa a trajetória histórica das mulheres negras americanas desde o período escravocrata, passando pela abolição e chegando a inserção política dessas mulheres. Nessa obra percebemos como características raciais, de classe e de gênero interferiram no processo histórico de formação das mulheres negras, permitindo a desigualdade histórica de que são vítimas até hoje.

O desenvolvimento dos estudos de gênero na historiografia não aconteceu de forma linear e sem embates. Pelo contrário, mesmo após a ascensão do termo gênero entre as historiadoras, muitas preferem, até os dias de hoje, trabalhar com a categoria mulher, defendendo a militância política do feminismo implícita no termo. Existem também pesquisadoras que se dedicam ao gênero, mas sem adentrar em considerações sobre raça e classe. Porém, hoje, uma boa parte das pesquisas históricas, ainda que não tragam o rótulo da interseccionalidade, abordam os entrelaçamentos de desigualdades ou de diferenças sociais.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Carla. Estudos de Gênero e História Social. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. In: **Mediações**, Londrina, V. 20 N. 2, P. 27-55, JUL./DEZ. 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**. JAN/JUN. 2017 V.5, N.1 (2017) - ISSN: 2317-4919. Tradução Bianca Santana.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para O Encontro De Especialista Em Aspectos Da Discriminação Racial Relativos Ao Gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10. 1º Semestre 2002.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, V. 20 N. 2, P. 97-128, jul./dez. 2015.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça e Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1 pp. 61-73.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**. Cebrap, 86, março 2010. Pp.93-103.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____ **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul./dez. 2008. p. 263 a 274.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise Histórica. **Educação & Realidade**, v. 18, n. 2, jul./dez.1990. Traduzido da versão em francês.

_____ “História das mulheres”. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 63-95.

_____ Os Usos e Abusos do Gênero. In. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, dez. 2012.

THOMPSON, Edward P. Folclore, Antropologia e História Social. In: **As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.